



O plenário deverá manifestar-se também sobre a emenda que, ao invés de extinguir, aperfeiçoa escolha dos classistas

Plenário vota extinção de juiz classista

Regra de transição prevista em substitutivo permite a conclusão dos atuais mandatos

Proposta de emenda constitucional que acaba com a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho é uma das matérias na pauta do plenário nesta semana, para votação em primeiro turno. De autoria do ex-senador Gilberto Miranda, a proposta recebeu substitutivo do senador Jefferson Péres na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O objetivo básico da alteração sugerida por Jefferson, e acolhida pela CCI, foi instituir regra de transição pela qual os juízes classistas em exercício poderão terminar seus mandatos. Outra proposta em exame é de autoria da senadora Emilia Fernandes e, ao invés de extinguir, aperfeiçoa os critérios de escolha dos classistas.

PÁGINA 3

■ CCJ

Comissão estuda critérios para julgar contas públicas

PÁGINA 3

■ CAS

Senadores discutem controle da talidomida

Em reunião às 9 horas de quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais aprecia projeto do senador Lúcio Alcântara que fixa regras para controlar a talidomida.

Lúcio Alcântara

PÁGINA 3

■ CAE

Crédito para pequenas empresas vai a análise

PÁGINA 8

Marluce critica exploração de menores

PÁGINA 7

Rocha teme invasão da Amazônia

PÁGINA 8

Ex-presidente do TRT-SP será ouvido

A investigação sobre denúncias de superfaturamento na construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo terá prioridade nos trabalhos desta semana da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário. Está previsto para amanhã, às 10 horas, o depoimento do juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do tribunal e principal envolvido nas denúncias. O depoimento foi inicialmente marcado para a semana passada, mas o juiz solicitou adiamento alegando problemas de hipertensão e insônia.



A CPI do Judiciário colherá na quinta-feira o depoimento de dois outros ex-presidentes do TRT-SP

CPI DO JUDICIÁRIO

Hoje, 10h: atual presidente do TRT-SP, Floriano Vaz da Silva
Amanhã, às 10h: ex-presidente do TRT-SP, juiz Nicolau dos Santos Neto
Quarta-feira, 10h: procurador regional da República, Osório Barbosa Sobrinho, e advogado Abdalla Isaac Saad Júnior
Quinta-feira, às 16h: juízes José Victorio Moro e Dênio Buffulin, do TRT-SP

Técnicos cruzam extratos de envolvidos

João Alberto exibe para a imprensa os envelopes contendo os extratos bancários dos envolvidos nas investigações



CPI DOS BANCOS

Hoje, 14h30: Tereza Cristina Grossi Togni, chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central; Vânio César Pickler Aguiar, chefe-adjunto do mesmo departamento; e Maria do Socorro Costa de Carvalho, consultora da Diretoria de Área Externa do BC
Amanhã, 16h30: Francisco José de Siqueira, subprocurador-geral do BC; Manoel Lucívio de Lóiola, consultor da Área Jurídica do BC
Quarta-feira, 18h: Deputado Aloísio Mercadante (PT-SP)
Quinta-feira, 10h: Manoel Felix Cintra Neto, presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuros; Ney Castro Alves, vice-presidente da BMSF

Técnicos que trabalham na CPI do Sistema Financeiro passaram o fim de semana cruzando os dados dos extratos bancários de pessoas e empresas que tiveram sigilo quebrado. O trabalho, que envolve um grande volume de informações, só deverá terminar amanhã, conforme previu o relator da comissão, João Alberto. O senador admitiu a possibilidade de a CPI convocar o ex-presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, e seus filhos, proprietários de uma das corretoras que teriam obtido maiores lucros na mudança do câmbio.

PÁGINAS 4 E 5

Viana critica estradas do Acre sob controle federal

O senador Tião Viana (PF-AC) criticou, na quinta-feira, decisão do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, de transferir a responsabilidade pela construção das rodovias no Acre, da esfera estadual para o âmbito federal, delegando a função diretamente ao DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem). "As estradas representam a 'artéria aorta' do estado, parte importante da integração das populações e da geração de empregos", afirmou.

Segundo Tião Viana, foi uma atitude surpreendente. "O ministro não chamou o governador Jorge Viana para conversar, nem tampouco a bancada do Acre no Senado. Ele, unilateralmente, tomou a decisão de retirar o dinheiro das obras das mãos do estado para colocá-lo sob a responsabilidade do DNER. As empresas locais ficaram impossibilitadas de participar em função da exigência de capital próprio de R\$ 2 milhões, o que nenhuma tem", enfatizou.

Em aparte, o senador Gilvam Rocha (PMDB-AP) afirmou que Padilha tomou essa decisão em função de um apelo da bancada do Acre no Congresso Nacional. "A bancada federal alegou que o governador estava empenhado em muitas outras frentes e eles queriam garantir que fossem usados, nesse ano, os recursos orçamentários aprovados. O ministro é um homem democrático e empenhado em construir obras com o menor custo e de maneira mais rápida", disse, oferecendo-se para intermediar um encontro entre Padilha e o governador.

Tiã Viana agradeceu a sugestão, explicando que as estradas BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e BR-317, saída brasileira para o Pacífico, são estratégicas para o desenvolvimento do Acre. "Falta asfaltamento de 400 quilômetros para a primeira e apenas 104 para a segunda", disse.

Também apartando, a senadora Marina Silva (PT-AC) considerou as obras dessas duas estradas como fundamentais para impulsionar a agenda positiva que o governador lançará no dia 1º de maio para gerar empregos e renda.



Tião Viana: foi uma atitude surpreendente



PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (4.5.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Requerimento nº 207/99, que solicita, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, II, do Regimento Interno, urgência para o PLC nº 6/99-Complementar, de iniciativa do presidente da República, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; *Projeto de Resolução nº 50/99, que autoriza o município de Montes Claros (MG) a contratar operação de crédito junto ao fundo de investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo Soma), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 6,6 milhões, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana; e segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

Quarta-feira (5.5.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação em primeiro turno da *PEC nº 63/95, que extingue a figura dos juizes classistas na Justiça do Trabalho; Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 26/99, que altera dispositivos da Constituição federal relativos à Justiça do Trabalho (juizes classistas); Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do *Substitutivo à PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

Quinta-feira (6.5.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Requerimento nº 170/99, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PLS nº 202/99, de autoria do senador Antero Paes de Barros, que introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura; *Requerimento nº 173/99, da senadora Emilia Fernandes, solicitando que sobre o PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Serviços de Infra-Estrutura; *Requerimento nº 175/99, do senador Geraldo Althoff, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 25/99, de sua autoria e outros senadores, que dá nova redação ao parágrafo 7º do art. 14 da Constituição federal; e *Requerimento nº 176/99, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 121/99, de sua autoria, que dispõe sobre taxa de juros nos financiamentos de imóveis habitacionais.

Sexta-feira (7.5.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Segunda-feira (3.5.99)

11h - CPI do Judiciário

Pauta: Exposição do atual presidente do TRT/SP, Floriano Vaz da Silva. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

14h30 - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Depoimentos da chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Tereza Cristina Grossi Togni; do chefe-adjunto do Departamento de Fiscalização, Válio César Pickler Aguiar; e da consultora da diretoria da Área Externa, Maria do Socorro Costa de Carvalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

Terça-feira (4.5.99)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se *Mensagem nº 99/99, que solicita ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 1,2 bilhão, de principal, entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento do Programa Global de Apoio Creditício

às Pequenas e Médias Empresas; *PLS nº 13/99, que altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *PRS nº 22/99, que acrescenta artigo à Resolução do Senado Federal nº 78, de 1/7/98, para o fim de excepcionar as operações de crédito destinadas à modernização da administração tributária e gestão fiscal e altera a redação do seu art. 46; *PLC nº 25/93, que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho; *PLS nº 23/95, que institui a dedução na declaração anual de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos; *PLC nº 58/98, que altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18/11/94, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins; *PLS nº 115/99, que autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica; *PLS nº 125/99, que introduz modificações nas carrocerias dos ônibus urbanos; e *PLC nº 11/99, que regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição federal; *PLS nº 72/99, que revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27/12/96. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

14h30 - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Depoimentos do subprocurador-geral do Banco Central, Francisco José de Siqueira; e do consultor da Área Jurídica do Banco Central, Manoel Lucívio de Lóia. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Após a Ordem do Dia - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 49/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no município de Mucajói (RR); *PLS nº 53/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no município de Anauá (RR); Emenda nº 1 de Plenário ao *PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; *PLC nº 59/98, que inscreve o nome de d. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria; e os *Projetos de Decreto Legislativo nºs 125, 109, 117, 13, 97, 45, 138, 106, 98 e 39, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

Quarta-feira (5.5.99)

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Audiência pública com o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, que expõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e a estrutura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; *PLC nº 59/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 1/12/65, para a criação do conselho de assistência social aos trabalhadores da agroindústria canavieira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar); *PLC nº 101/95, que dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo; *PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; e *Audiência pública com o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e com o subprocurador-geral da República e procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conj/Minfra nº 0024/92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92, de autoria da comissão especial criada por intermédio do Requerimento nº 585/96, destinada a apurar a situação dos garimpeiros em Serra Pelada; *PLC nº 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o STF; *PLC nº 96/96, que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos; *PLC nº 43/97, que dispõe sobre a apreensão de semoventes nas rodovias e respectivas faixas de domínio; e *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

18h - CPI do Sistema Financeiro

Convidado: Deputado Aloísio Mercadante. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Quinta-feira (6.5.99)

10h - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Depoimentos do presidente da BM&F, Manoel Felix Cintra Neto; e do vice-presidente, Ney Castro Alves. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Patrocínio elogia Projeto Rondon e pede sua reativação

A volta do Projeto Rondon foi defendida na sexta-feira pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), para quem essa foi "uma das mais eficientes iniciativas de integração nacional já realizadas entre a universidade e as comunidades desassistidas do nosso país".

Patrocínio lembrou a figura do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cujo exemplo como brasileiro e sua iniciativa "desbravadora nos espaços inóspitos do Centro-Oeste, Norte e extremo norte do Brasil, no final dos anos 60", levaram à criação "de um projeto de integração exemplar, que recebeu merecidamente seu nome". O senador pelo Tocantins lamentou a extinção do projeto em 1989, "depois de 22 anos de atuação pelo Brasil afora e deixando um vazio enorme".

O Projeto Rondon, destacou Patrocínio, "até hoje é lembrado como experiência comunitária exemplar e como instrumento importante de auxílio à política de desenvolvimento regional do país". Além de mostrar na prática essa capacidade, acrescentou o parlamentar, "o Projeto Rondon conseguiu fazer com que os estudantes universitários deixassem as salas de aula confortáveis das grandes universidades e conhecessem o lado sofrido e abandonado do Brasil".

Na opinião do senador, o projeto foi "vítima da cegueira, do radicalismo, que predominavam em alguns ambientes políticos durante o período de transformações institucionais decisivas que movimentaram toda a década de 80". Sem análise mais profunda e sem medir conseqüências, acrescentou, "muitos pregavam o fim de tudo o que representasse o passado, ou seja, tudo o que levasse qualquer ligação com os anos do regime militar".

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apoiou o discurso de Carlos Patrocínio e comentou sua experiência pessoal de participação nas atividades daquele programa.



Patrocínio: projeto foi vítima do radicalismo político

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Extinção dos classistas será votada na quarta

Proposta original recebeu na Comissão de Justiça substitutivo que institui regra de transição, pela qual juízes em exercício poderão concluir seus mandatos. Projeto ainda terá uma segunda votação no plenário

O plenário do Senado votará na quarta-feira, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que acaba com a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. Se aprovada, a matéria será submetida a uma segunda votação. Mantida a aprovação, a matéria irá à deliberação da Câmara. De autoria do então senador Gilberto Miranda, a iniciativa recebeu um substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta original extinguiu a representação classista nos tribunais do Trabalho, superiores e regionais, e nas juntas de conciliação e julgamento de primeira instância. O substitutivo de Jefferson incluiu uma regra de transição, permitindo aos juízes classistas em exercício concluir seus mandatos. Na mesma sessão, será discutida proposta da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que altera os critérios de escolha dos juízes classistas. Relator também dessa iniciativa, Jefferson Péres recomenda voto



O plenário decidirá entre o substitutivo que acaba com os classistas e a proposta que aperfeiçoa a escolha

contrário, alegando que ela mantém os juízes classistas.

Hoje, a sessão não será deliberativa. Amanhã, os senadores discutirão, em turno único, projeto de resolução que autoriza o município de Montes Claros (MG) a contratar operação de crédito de R\$ 6,6 milhões junto ao Fundo de Investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios, administrado

pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, para investimento em infraestrutura urbana.

Na mesma sessão, os senadores deliberarão sobre requerimento de urgência para projeto de iniciativa do Executivo, já votado na Câmara, que disciplina os limites das despesas com pessoal. Ainda amanhã, o Senado cumpre o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional que regulamen-

ta a destinação de recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios para a execução, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e, durante a tramitação na CCJ, recebeu substitutivo do relator, então senador Esperidião Amin, o qual fez pequenas alterações na iniciativa original. De acordo com a mudança constitucional, a União terá de destinar necessariamente 30% dos recursos do orçamento da seguridade social para o SUS. Já os estados

aplicarão 12% e os municípios no mínimo 10% das respectivas receitas, nas quais se inclui até mesmo o dinheiro que recebem da União como transferência constitucional.

De 6 a 12 de maio, está prevista apenas a votação de requerimentos referentes a projetos em tramitação. Nos dias 20 e 27 de maio, serão votados projetos de resolução que autorizam a União a celebrar acordos com outros países.



Osmar presidirá a reunião em que a Comissão de Assuntos Econômicos discutirá controle da talidomida

CAS discute normas para controle da talidomida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), apreciará em sua reunião de quarta-feira, marcada para as 9h, pauta com 11 itens, entre eles projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estabelece normas especiais de controle para o uso da talidomida e a convocação de audiência pública para debater o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Em sua justificativa, Alcântara lembra que na década de 50 "a humanidade assistiu horrorizada ao nascimento de milhares de crianças congenitamente deformadas em decorrência do uso da talidomida, que acabou proscrita em quase todo o mundo".

Uma outra matéria a ser examinada em decisão terminativa é a proposta do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), relatada favoravelmente pela senadora Marina Silva (PT-AC), que se refere à jornada de trabalho e condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades em terminais de vídeo.

Os senadores analisam também projeto de lei de autoria da senadora Lúzia Toledo (PSDB-ES) que autoriza a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais.

TV Senado mostra trabalhos das CPIs

A TV Senado apresentará nesta semana os melhores momentos das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro. Hoje, a partir das 10h, a TV transmite o depoimento do presidente do TRT-SP, Floriano Vaz da Silva.

À tarde, logo após a sessão plenária, a TV Senado mostra a reunião da CPI do Sistema Financeiro, na qual deverão prestar depoimento os funcionários da área de fiscalização do Banco Central.

Em exame, espanhol no currículo

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a Comissão de Educação se reúne amanhã, logo após a Ordem do Dia do Senado, para deliberar sobre uma pauta de 17 itens, entre eles o projeto oriundo da Câmara que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.



Freitas Neto

Projetos relacionados à renovação de concessão ou permissão outorgada a 11 emissoras de rádio também aguardam decisão, assim como iniciativa da senadora Marina Silva que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Dois projetos autorizam o Poder Executivo a criar escolas agrotécnicas federais nos municípios de Mucajaí (RR) e Anauá (RR).

Um outro dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. De iniciativa do Poder Executivo, também deverá ser examinado projeto que inscreve o nome de d. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria.

CAE analisa recursos do BID para pequena empresa

Sob a presidência do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos se reúne amanhã, às 10 horas, com uma pauta de 22 itens, entre os quais mensagem presidencial propondo autorização do Senado para contratação de operação de crédito externo de US\$1,2 bilhão, com garantia do Brasil, entre o BNDES e o BID.

Enquadrado no Programa de Emergência do governo federal, esse crédito externo será destinado ao financiamento do Programa Global de

Apoio Creditício às Pequenas e Médias Empresas. O relator é o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que tem parecer favorável à matéria e relatará, também, projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) que cria uma área de livre comércio para Brasília.

Os integrantes da CAE deverão ainda deliberar sobre projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que tenham empregados com mais de 40 anos. O parecer do relator Jonas Pinheiro é favorável. De autoria da



O senador Fernando Bezerra deverá presidir a reunião de amanhã

senadora Marina Silva (PT-AC), será examinado projeto que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal para as unidades da federação que abrigarem unidades de conservação da natureza e terras indígenas.

CCJ tem 12 propostas em sua pauta

Sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reúne na quarta-feira (dia 5), a partir das 10h30, com uma pauta de 12 itens.

Entre eles, está projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiro e



Agripino presidirá reunião em que a CCJ analisará regras sobre contas públicas

valores públicos. Também estará sob exame, em caráter terminativo, projeto do senador José Agripino que veda aos partidos sem representatividade nacional o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo gratuito para propaganda no rádio e na televisão.

A CCJ deve examinar também projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que proíbe coligações nas eleições proporcionais.

De autoria do senador José Eduardo Dutra, estará sujeita a deliberação proposta que suprime o direito dos prefeitos de se reelegerem e que normatiza a desincompatibilização. Também aguarda decisão da comissão projeto originário da Câmara que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Investigação sobre TRT-SP terá prioridade

CPI do Judiciário concentra esforços na investigação sobre superfaturamento na construção de fórum. Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do tribunal, deve ser ouvido amanhã

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário vai concentrar esforços nesta semana na investigação sobre o superfaturamento da construção do fórum de primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Para amanhã, às 10 horas, está agendado o depoimento do ex-presidente do tribunal, juiz Nicolau dos Santos Neto, principal envolvido nas denúncias apuradas pela CPI. O juiz foi acusado por testemunhas de enriquecimento ilícito, depois de iniciadas as obras do edifício das juntas de conciliação e julgamento do TRT, que já consumiram mais de R\$ 230 milhões e permanecem inacabadas.

O depoimento de Nicolau foi adiado da semana passada. Na ocasião, o juiz comunicou que não estava em condições de depor e apresentou atestado médico alegando hipertensão e insônia. Desta vez, o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), espera que Nicolau compareça.

Outros dois ex-presidentes do tribunal paulista estão com depoimento marcado para a quinta-feira: os juizes José Victorio Moro e Délvio Buffulin comparecem à CPI às 16 horas. Os magistrados sucederam Nicolau na presidência no TRT e foram responsáveis pela manutenção de seu antecessor à frente da comissão de obras

do tribunal. Mesmo com tempo para aposentadoria, Nicolau continuou responsável pelas obras do fórum.

O atual presidente do TRT, Floriano Vaz da Silva, depõe hoje, às 10 horas. O juiz foi o responsável pela demissão de Nicolau da comissão de obras e vai dar conta da situação da construção, que está abandonada e corre o risco de ter a estrutura afetada.

AMAZONAS

A quarta-feira foi reservada pelos membros da CPI para a audição de duas testemunhas que vão falar sobre denúncias de venda de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas. O procurador regional da República, Osório Barbosa Sobrinho, será o primeiro a depor sobre o caso, às 10 horas, seguido do advogado Abdalla Isaac Sardo Júnior. O requerimento que deu origem ao convite dos dois depoentes foi elaborado pelo vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE).



A CPI do Judiciário receberá na quarta-feira duas testemunhas que falarão sobre denúncias de venda de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas

Dívida externa é injusta, diz tribunal citado por Cândido

A decisão do Tribunal da Dívida Externa sobre o endividamento do Brasil no exterior foi lida na sexta-feira em plenário pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). O tribunal, reunido no Rio de Janeiro no último 28 de abril, decidiu que a dívida externa brasileira é "injusta e insustentável, ética, jurídica e politicamente".

Segundo a decisão do tribunal, a dívida já foi paga em termos substantivos "e persiste apenas como mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização de capital".

A decisão narrada por Cândido exorta "todos os povos em favor do cancelamento geral e restrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados".

O documento lido por Geraldo Cândido destaca

que a dívida externa brasileira aumentou de US\$ 148 bilhões em 1994 para US\$ 235 bilhões em 1998, embora US\$ 126 bilhões tenham sido pagos aos credores no período. A velocidade de endividamento, para o tribunal, faz com que quase todos os novos contratos sejam destinados ao serviço da própria dívida, "configurando um círculo vicioso de endividamento".

Somente o aumento unilateral dos juros pelos Estados Unidos, de 4% para 20%, gerou um pagamento extra pelos países latino-americanos de US\$ 106 bilhões. O tribunal, informou o parlamentar, lembrou que os credores impõem sempre uma taxa de risco, o que dá aos devedores o direito de se declararem insolventes sem ônus.

O tribunal também identificou um vínculo explícito entre a dívida externa, o excessivo endividamento público interno e a busca de capital externo de curto prazo. Acusa ainda o governo brasileiro de, ao ter concebido o sistema financeiro como um fim último, abandonar todas as políticas de saúde, educação, emprego, moradia popular, demarcação de terras indígenas, valorização de idosos e crianças e também a realização da reforma agrária e recuperação do meio ambiente. O acordo com o FMI, segundo o tribunal, equivale a "uma moratória sem fim das dívidas sociais e ambientais".

A reunião do tribunal foi promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Cáritas, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), a Coordenadoria Eclesiástica de Serviços (Cese), a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento dos Sem-Terra (MST) e o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).



Geraldo Cândido destaca crescimento da dívida brasileira

Dez mil denúncias foram enviadas de todo o país

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário já recebeu, segundo o presidente da CPI, senador Ramez Tebet, cerca de mil denúncias contra atos cometidos por membros da Justiça.

Até a próxima quarta-feira, disse Tebet, a comissão vai trabalhar na triagem dessas denúncias e decidir sobre quais a CPI deve centrar atenção. Depois de a comissão ter analisado irregularidades nos tribunais regionais do Trabalho de São Paulo e da Paraíba, o senador disse que não pode ainda adiantar os próximos casos que serão investigados.

A CPI tem um caráter moralizador. Evidentemente, nós não temos a pretensão de apurar três ou quatro mil denúncias – afirmou Tebet. Ele esclareceu porém que, depois de examinada toda a documentação, a comissão vai encaminhá-la aos órgãos competentes com a recomendação de que tudo seja averiguado. "E vamos cobrar resultados", ressaltou.

Entre as denúncias já recebidas, Tebet disse que existe até mesmo um caso de venda de criança por um magistrado. Ele revelou também que há notícias de venda de vagas de juiz classista. O senador ressaltou ainda que a CPI já identificou como são feitas nomeações de juizes classistas.

Na Paraíba, de 18 juizes classistas, oito são da mesma categoria. Que representação de classe é essa? Só dá corretor de imóveis como juiz classista, não dá comerciante, não dá comer-

ciante? Isso é um absurdo – avaliou.

Graças às investigações, o presidente da CPI acredita que se formou uma convicção sobre a necessidade de extinção do juiz classista, que está na pauta de votações do Senado.

– Se você conhece só a teoria, pode ser a favor de juiz classista. Mas, quando você vai para a prática e vê a forma como que eles chegam lá e como trabalham, fica provado que eles não ajudam – afirmou.

PUNIÇÃO

Apesar de a CPI não ter a prerrogativa de punir, Tebet acredita que "tem gente que não vai escapar".

– Estamos fazendo a nossa parte. Já quebramos o sigilo bancário, fiscal e telefônico e agora estamos fazendo o cruzamento. Como a CPI não pune, nós vamos encaminhar ao Ministério Público e à Justiça – afirmou.

Nesse sentido, o presidente da comissão disse que apresentou projeto, em tramitação na CCIJ, estabelecendo que as conclusões da CPI remetidas aos órgãos competentes terão prioridade sobre quaisquer processos, exceto *habeas corpus* e mandados de segurança.

– Ninguém vai poder falar que tem muito serviço. Vai ter que apurar. É de interesse da opinião pública – observou Tebet, registrando que as conclusões de outras CPIs ficaram esquecidas.



Ramez Tebet afirmou que a CPI do Judiciário tem caráter moralizador

Tebet faz avaliação positiva dos trabalhos da comissão

Passados pouco mais de 20 dias de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário, seu presidente, senador Ramez Tebet, avalia que, diante das denúncias já apuradas, a CPI se afirmou como importante instrumento para dar base a aperfeiçoamentos na Justiça brasileira.

– Esta CPI nasceu sob o signo da dúvida jurídica. Hoje, os fatos são tão estupefacentes que ninguém mais questiona a sua constitucionalidade – afirmou o senador na sexta-feira.

Os primeiros casos investigados, de irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba e na construção de um edifício pelo TRT de São Paulo, indicam, na opinião de Tebet, que, se havia mecanismos para coibir as fraudes, eles se mostraram ineficientes e insuficientes.

As denúncias de superfaturamento no prédio das juntas de conciliação e julgamento do TRT paulista foram feitas, tanto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) quanto pelo Ministério Público, há mais de cinco anos. Porém, disse o presidente da CPI, nada foi feito e a obra continuou inclusive

recebendo verbas do orçamento.

O caso da Paraíba é, segundo o senador, igualmente estupefecedor. Lá, disse, entre outras coisas, havia juizes afastados recebendo há dois anos e magistrados comparecendo armados às sessões do tribunal.

– A sociedade não tinha conhecimento disso. A arma deles não era a toga, era o 44. Isso é o tempo da barbárie. Os direitos dos trabalhadores não eram decididos porque os juizes começavam a brigar entre eles e não julgavam as ações. Um tribunal desse está servindo para quê? – questionou Tebet.

Para o presidente da CPI, se os canais com competência para investigar irregularidades mostrassem resultados, "se não houvesse corporativismo", talvez o país não precisasse de CPI. Mas, segundo o senador, foi a CPI que fez com que as denúncias fossem levadas a sério.

– Vamos mostrar à nação que não é todo o Poder Judiciário que está contaminado, mas uma parte dele. Não é a magistratura, que na sua maioria é íntegra, mas são magistrados. A avaliação da CPI é positiva. Estamos caminhando bem – analisou Tebet.

Senadores lamentam silêncio de Bragança

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no sistema financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), comentou que o depoimento do economista Sérgio Bragança, sócio-proprietário da empresa Macrométrica, não trouxe qualquer novidade para a apuração dos fatos que estão sendo investigados pela comissão. Ele explicou que o principal esclarecimento que os senadores esperavam na noite de quinta-feira era sobre o US\$ 1,675 milhão depositado no exterior que supostamente seria de Francisco Lopes. "Fiz seis perguntas sobre o assunto e ele se negou a falar", lamentou João Alberto.

Presidente em exercício da CPI, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) lamentou que Sérgio Bragança tenha guardado silêncio sobre a conta no exterior. Por outro lado, ele minimizou que o fato tivesse influência decisiva no resultado dos trabalhos, justificando que as acareações públicas e os interrogatórios são apenas a parte visível da atuação da comissão. "Muitas vezes o caminho entre a investigação e a verdade é mais silencioso, de análise minuciosa e reservada, de provas documentais, de indícios e apreensões", revelou.



Arruda: silêncio não será decisivo no trabalho da CPI

O senador Roberto Freire (PPS-PE) alertou sobre a necessidade de a CPI não se prender a detalhes menores e deixar para segundo plano os reais objetivos da investigação. Ele opinou que a comissão não foi constituída para apurar crime de sonegação ou de colarinho branco, mas o sistema financeiro como um todo. "Transformar esta investigação na CPI do Chico Lopes talvez possa interessar a quem não quer descobrir concretamente a promiscuidade do sistema financeiro brasileiro", destacou Freire. Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao se eximir de prestar informações, Sérgio Bragança assumiu sua culpa. Simon disse que o ex-sócio de Francisco Lopes deixou de ser testemunha e passou a ser suspeito. "No momento em que Bragança se negou a falar, é porque está reconhecendo que cometeu fatos comprometedores", afirmou.

Conversando com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) após seu depoimento, Bragança opinou que o episódio do dinheiro que supostamente Francisco Lopes teria no exterior será, em algum momento, inteiramente revelado. "Por enquanto, ele preferiu utilizar a estratégia de manter silêncio", testemunhou o senador.

CPI analisa os extratos bancários de envolvidos

Relator João Alberto diz que trabalho deverá estar terminado amanhã. Ele já admite prorrogar prazo inicial de 120 dias para concluir trabalhos

Técnicos do Senado passaram o final da semana cruzando os dados dos extratos bancários de pessoas e empresas que tiveram sigilo quebrado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no sistema financeiro. Segundo o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), em virtude da grande quantidade de informações, somente amanhã o trabalho deverá estar concluído.

João Alberto acredita que os trabalhos da comissão sejam prorrogados além do prazo inicial de 120 dias. "O volume de informações que a CPI está recolhendo é enorme e precisaremos de uma análise mais longa", salientou.

Na sexta-feira, os assessores do Senado Paulo Delgado e Hipólito Gadelha estiveram na sede da empresa de consultoria econômica Macrométrica, no Rio de Janeiro, em busca de documentos que possam revelar ligações do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, com a empresa e seus sócios, Luís Augusto e Sérgio Bragança.

O relator adiantou que há possibilidade de a CPI convocar o ex-presidente do BNDES Luís Carlos Mendonça de Barros, e seus filhos, proprietários da Link Corretora. Segundo o relatório da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), a Link foi uma das corretoras que mais lucraram com a mudança no câmbio:

Comissão ouve sete pessoas nesta semana

Vice-presidente da CPI que investiga o Sistema Financeiro, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) anunciou a pauta para os trabalhos da semana que se inicia. Hoje, às 14h30, prestarão depoimento as seguintes autoridades do Banco Central: Tereza Cristina Grossi Togni, chefe do Departamento de Fiscalização; Vânio César Pickler Aguiar, chefe adjunto do Departamento de Fiscalização; e Maria do Socorro Costa de Carvalho, consultora da Diretoria da Área Externa.

Amanhã, às 16h30, prestarão depoimento Francisco José de Siqueira, subprocurador-geral, e Manoel Lucivio de Loiola, consultor da Área Jurídica do Banco Central. Na quarta, a Comissão ouvirá, às 18h, como convidado, o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP). Na quinta, prestarão depoimento o presidente e o vice-presidente da BM&F, Manoel Feliz Cintra Neto e Ney Castro Alves.



João Alberto: "O volume de informações que a CPI está recolhendo é enorme e precisaremos de uma análise mais longa"

— Estamos recebendo algumas denúncias que envolvem essas pessoas, mas ainda não há nada de concreto — frisou.

João Alberto pretende propor aos membros da CPI que os depoimentos dos funcionários da área de fis-

calização do Banco Central, marcados para hoje, sejam tomados em reunião secreta. O relator alega que o depoimento reservado, sem a participação da imprensa, evitaria uma possível inibição dos funcionários.

Movimentação do Marka deixa Suplicy intrigado

Documentos enviados a CPI do Sistema Financeiro pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) revelam operações em dólar pelo Banco Marka após a ajuda patrocinada pelo Banco Central (BC), informou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). No dia 13 de janeiro, quando houve a desvalorização cambial, o Banco Central vendeu dólares a cotação de R\$ 1,2750 ao Banco Marka. A diretoria do BC informou que a medida foi tomada para prevenir um colapso do sistema financeiro, a partir da quebra do Marka.

De acordo com as informações prestadas na sexta-feira pela assessoria de Suplicy, no dia 13 de janeiro, quando o Marka já não tinha condições de operar no mercado de dólares, a instituição vendeu 2.300 con-



Senador suspeita que Cacciola vendeu posições em dólar

tratos em dólar a uma cotação inferior à praticada na operação com o BC. O senador suspeita que Salvatore Cacciola, dono do banco, tenha vendido as posições em dólar para a Novation Found, instituição sediada em paraíso fiscal e controlada por ele mesmo. A operação, no valor de R\$ 284 milhões, permitiria que Cacciola transferisse recursos para o exterior.

O relatório da BM&F relaciona as operações em dólar do Marka no mês de janeiro, e revela que a instituição realizou negócios durante oito dias após a operação com o Banco Central. Ainda segundo o relatório, os 12.700 contratos comprados pelo BC no dia 14 de janeiro representam 98% do que foi negociado pelo Marka até então.

Távola autografa livro na Bienal

Mais de 300 pessoas estiveram na sexta-feira, durante quase duas horas, no estande do Senado na Bienal do Livro do Rio de Janeiro para receber o autógrafa do senador Artur da Távola na publicação *Ataulfo Alves - 90 Anos*.

Com o lançamento desse trabalho, versão impressa do discurso que fez no Senado, Távola prestou homenagem a um dos mais importantes nomes da história da música popular brasileira, que completaria ontem 90 anos de idade.

A sessão de autógrafos foi acompanhada pelo filho do compositor, Ataulfo Alves Junior, um neto e outros familiares, e transformou-se numa das atrações da tarde desta sexta na Bienal. A publicação, com 30 páginas, contém, além do discurso, fotos do compositor com o presidente Getúlio Vargas e com *As Pastoras*, grupo que o acompanhava nas apresentações.

Após a homenagem no estande do Senado, Artur da Távola participou do "Café Literário" promovido pela Bienal com o objetivo de aproximar autores e público, ao lado de Carlos Heitor Cony e Fayga Ostrower.

ILB faz palestras sobre 500 anos

O Instituto Legislativo Brasileiro realizará no período de amanhã a 29 de junho próximo uma série de palestras, seguidas de debates, dentro das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. O evento, chamado Projeto Brasil 500 anos é destinado a todos os servidores do Senado e ao público em geral.

No período, serão realizadas duas palestras por semana, sempre às terças e quintas-feiras, entre 10h e meio-dia. O local será a sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado. As inscrições para participar do evento podem ser feitas no próprio local, ou antecipadamente no ILB, por fax (311-1431) ou e-mail (ilb@senado.gov.br).

Advogado do Diabo é atração

O filme *Advogado do Diabo* é a nova atração do Cultura ao Meio-Dia da quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella. A produção americana de 1997, de Taylor Hackford, tem nos papéis principais Keanu Reeves e Al Pacino.

O filme fez um grande sucesso na ocasião do seu lançamento, sobretudo pela excelente atuação de Al Pacino como o carismático advogado do título, pela história envolvente e pelo roteiro bem articulado. O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, exhibe no mês de maio grandes sucessos do recente cinema americano. Estão programados ainda *Despertar de um Pesadelo*, *U.S. Marshals - Os Federais* e *Máquina Mortífera*. A entrada é franca.

Jefferson quer programa de moradia em todos os estados

Senador diz que governo, mesmo quando acerta, erra ao propor política de estímulo à construção civil apenas para o Rio de Janeiro e São Paulo

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou na sexta-feira que o governo não tem políticas públicas coordenadas que combatam as desigualdades sociais, um dos piores vícios da sociedade brasileira.

“Mesmo quando acerta, ao propor um programa de moradias para carentes, no valor de R\$ 3 bilhões, erra quando limita o programa aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo”, exemplificou. Jefferson considerou “corretíssima” a adoção de uma política de estímulo à construção civil, porque dinamiza a economia e combate o desemprego:

– Ela traz um efeito de encadementos, gerando demanda de areia, barro, cimento, tijolo, vidro, material elétrico e hidráulico. Mais importante, é empregadora de mão-de-obra não-qualificada, uma vez que um peão de obra pode até ser analfabeto. Na ponta final, ainda melhora o padrão de vida dos carentes, dando-lhes moradia.



Jefferson aplaudiu a governadora Roseana Sarney, que não foi à solenidade

Para Jefferson, não há qualquer motivo que justifique a limitação do programa ao eixo Rio-São Paulo. Ele aplaudiu o protesto da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que não foi ao Planalto para a cerimônia de lançamento

do programa “por não aceitar essa discriminação”:

– Se não seria possível cobrir o Brasil inteiro, por que não começar pelas regiões mais pobres? Será por que só os números do desemprego no Rio e São Paulo geram manchetes? – perguntou.

Em apertes, os senadores Luiz Otávio (PPB-PA) e Romero Jucá (PSDB-RR) concordaram com as teses do orador. Segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC), Roseana pode ser considerada a “Margareth Thatcher do Nordeste, por sua coragem em dar um grito de revolta contra uma política que ajuda a centralização dos recursos, alimentando o êxodo das populações em direção aos grandes centros”.

Finalizando seu discurso, Jefferson afirmou que “o governo deve agir com mais correção, se não por justiça, pelo menos por inteligência, porque tratamento desigual entre estados da Federação gera retorno muito negativo”.

Luiz Estevão defende redução da jornada para combater desemprego

Para o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o Brasil tem de se anteciper à discussão sobre a redução da jornada de trabalho, hoje definida constitucionalmente em 44 horas semanais. O parlamentar defendeu também a proibição da realização de horas extras pelos trabalhadores brasileiros. Para ele, o país tem de entrar em “uma discussão séria sobre medidas profundas para garantir a geração de empregos”.

Em discurso proferido da tribuna do plenário na sexta-feira, o senador lembrou que as inovações tecnológicas dos últimos tempos implicaram uma maior produtividade e o corte sistemático de mão-de-obra, tanto na produção agrícola quanto na industrial. Segundo ele, de forma paradoxal, “a sociedade do progresso é a sociedade do desemprego”.

O problema, ressaltou o parlamentar, é mundial. Lembrou que a Espanha, país inserido em um mercado consumidor de 320 milhões de pessoas (a União Européia), enfrenta um desemprego que alcança 20% da população economicamente ativa. O fenômeno atinge ainda Inglaterra, França, Alemanha e Itália, países que, afirmou o senador, tiveram seus governos trocados recentemente devido à incompetência para resolver o problema.

Luiz Estevão destacou, porém, que

essas pujantes nações detêm políticas de assistência social que, embora não compensem as conseqüências psicológicas de quem está desempregado, possibilitam aos que estão sem atividade manter um certo conforto e nível de vida. O senador afirmou que as dificuldades financeiras por que passa o Brasil impedem o governo de garantir qualquer compensação neste sentido.

O parlamentar lembrou que os Estados Unidos passam por um dos períodos de prosperidade mais longos da história. Ressalvou, no entanto, que o baixo índice de desemprego norte-americano é obtido ao custo do desequilíbrio de centenas de economias de todo o mundo. O senador afirmou que, se os Estados Unidos e a União Européia retirassem os subsídios que concedem à atividade agrícola, não atingiriam 10% da produção atual.

Para o senador, a redução da jornada de trabalho, já adotada na Alemanha e que será implantada em breve na França, não representa encarecimento dos custos, e sim mais oportunidade de emprego para as pessoas. Luiz Estevão, que é empresário, argumentou que a proibição de horas extras levará as empresas a contratar mais mão-de-obra.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou que o desemprego acarreta aumento da violência, que triplicou em seu estado. Para ele, o país deve investir na geração de emprego no



Luiz Estevão: prosperidade americana é feita às custas do desequilíbrio de todo o mundo

campo, onde uma família custa, em gastos governamentais de infra-estrutura, metade do que custa outra na grande cidade. Ramez Tebet (PMDB-MS) externou seu medo de que o desemprego se expanda para o interior do país.

Sebastião Rocha (PDT-AP) ressaltou que o governo põe em prática planos que fracassaram em outros países, como a contratação temporária de trabalhadores. Ao mesmo tempo, rechaça sugestões de entidades como a Confederação Nacional do Comércio, que propôs turnos de seis horas, e da CNBB, que defende os mesmos temas trazidos por Luiz Estevão.

Para Maldaner, fortalecer Mercosul é saída para crise

Fortalecer a unidade do Mercosul nos campos da legislação, da educação, da cultura, além do comércio, como forma de combater a crise que vem introduzindo “um nervosismo perigoso” entre os países integrantes do bloco econômico. Este foi o apelo feito na sexta-feira pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao relatar a posse da nova Comissão Parlamentar do Mercosul, da qual o senador faz parte desde 1995. “Não podemos competir entre nós. Precisamos atuar juntos, unindo as forças desta região para conseguirmos o pleno desenvolvimento de todos”, afirmou o senador.

Maldaner lembrou que, apesar da crise, o Mercosul tem uma história de sucesso. “Basta ver que o comércio entre esses quatro países saltou, nos últimos oito anos, de US\$ 4 bilhões anuais para US\$ 20 bilhões. Vende-se e compra-se de tudo: aço, produtos agrícolas, alimentos, autopeças e automóveis. O

bloco produz 20% dos grãos do mundo, graças aos efeitos positivos da estabilidade econômica, responsável pela prosperidade do Mercosul”, observou o senador.

Mesmo assim, Maldaner entende que, com o colapso do real, os países integrantes do bloco estão enfrentando sérias dificuldades e o Brasil terá que levar em conta a situação econômica de cada um dos parceiros ao procurar soluções “para preservar as conquistas multilaterais obtidas nesta década”. Para o senador, a Comissão Parlamentar do Mercosul deve lutar pela unificação das legislações em todos os campos, principalmente na área cultural e na compatibilidade das leis trabalhistas.



Casildo Maldaner

Alcântara elogia conjunto cultural inaugurado no CE

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou, na sexta-feira, em plenário, a inauguração do Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza, pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati. O Centro Cultural, segundo o senador, possibilitou a revitalização do bairro onde está situada a obra e a recuperação da memória do Ceará.

Composto por um museu, um planetário, biblioteca e salas de projeção de cinema, o Dragão do Mar “é um grande instrumento de desenvolvimento da cultura”, comentou Lúcio Alcântara. Na inauguração, informou o senador do PSDB, foi feita uma homenagem à viúva do ex-ministro Sérgio Mot-

ta, Vilma Motta, devido ao fato de Motta ter assegurado ao estado incentivos culturais que permitiram a construção da obra.

Outra inauguração registrada por Lúcio Alcântara foi a do segundo parque eólico, com possibilidade de produzir energia elétrica para 100 mil habitantes. O senador defendeu a exploração de novos instrumentos capazes de gerar energia elétrica.



Lúcio Alcântara

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Atividade: Karatê
7h30 – Especial Unip – Pressão Arterial
8h – Saúde Todo Dia – Baixo Impacto
8h30 – Especial – Dia do Trabalho
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Diamantina
9h30 – Entrevista – Senador Pedro Piva fala sobre a Lei Camata
9h55 – Senado em Pauta
10h – Consulta Marcada – Dr. Francisco Eduardo Lima fala sobre os avanços no tratamento do glaucoma e da catarata
10h55 – Senado em Pauta
11h – Entrevista Especial – Fernando Cesar Mesquita entrevista os médicos Eduardo Gomes e Aroldo Velloso, sobre envelhecimento e a medicina ortomolecular
12h30 – Entrevista – Senador Sebastião Rocha fala sobre desemprego e globalização
12h55 – Senado em Pauta
13h – Especial – Dia do Trabalho
13h30 – Cidadania – Senador José Jorge e a professora Dóris Santos de Farias falam sobre a Universidade Virtual
14h30 – CPI dos Bancos (gravado em 26/04/99)

15h15 – CPI dos Bancos (gravado em 29/04/99)
20h30 – Especial – Dia do Trabalho
21h – Espaço Cultural – Gaitista Maurício Einhorn
22h – Especial – Dia do Trabalho
22h30 – Cores do Brasil – Maranhão
22h55 – Senado em Pauta
23h – Entrevista Especial – Fernando Cesar Mesquita entrevista os médicos Eduardo Gomes e Aroldo Velloso

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação



Jucá lembrou o assassinato de estudantes em Denver e São Paulo

Romero Jucá apresenta dois projetos destinados a diminuir a violência

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) atribuiu na sexta-feira à ausência de iniciativas governamentais o crescimento dos índices de violência entre jovens e adolescentes no Brasil. Com o objetivo de dar uma contribuição para tentar coibir essa tendência, ele apresentou dois projetos, ambos com a preocupação de "proteger as mentes em formação" dos produtos que incentivam a violência.

O primeiro cria o selo com a advertência "Este produto incentiva a violência" a ser fixado nas embalagens de brinquedos, fogos de artifício, roupas, filmes, revistas ou quaisquer outros produtos que, de alguma maneira, possam desenvolver atitudes de caráter nocivo ao comportamento social por parte dos seus usuários.

O outro projeto de Jucá prevê que os bens que vierem a ser declarados potencialmente deseducativos e incitadores de violência pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) serão taxados pela alíquota máxima fixada em lei dos impostos sobre Produtos Industrializados e de Importação.

O senador argumentou que a recente

tragédia ocorrida em Denver (EUA), na qual 15 jovens perderam a vida, inclusive os dois assassinos, que se mataram após cometer a chacina, não pode ser vista como uma peculiaridade da sociedade americana. "Só neste ano, na cidade de São Paulo, 10 jovens foram assassinados em seus colégios", advertiu Jucá.

DIA DO TRABALHO

O senador afirmou que gostaria de homenagear os trabalhadores brasileiros, por ocasião do 1º de Maio, através dos oito mil funcionários públicos demitidos pelo governador do seu estado, Neudo Campos. Segundo Jucá, eles foram iludidos por Campos, que, durante a última campanha, prometeu dar-lhes aumento salarial e contratos de trabalho definitivos.

Diante das dificuldades que os trabalhadores brasileiros estão enfrentando, Jucá entende que a luta pela elevação do salário mínimo e do piso adotado para o pagamento das aposentadorias constitui importante desafio. Para ele, esses baixos níveis impedem que os trabalhadores e aposentados brasileiros possam viver com o mínimo de dignidade.

Nabor protesta contra trotes

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) protestou na sexta-feira contra trotes violentos nas universidades, como o da Faculdade de Medicina da USP, que resultou na morte do estudante Edison Tsung Chi Hsueh, no dia 22 de fevereiro passado. "Ao ver o laudo cadavérico, com graves lesões nas costas das mãos da vítima, ficou claro ter sido ele impedido de sair da piscina. Como não sabia nadar foi, assim, covardemente assassinado pelos colegas", frisou.

Nabor disse que chegou a cogitar em propor um projeto de lei proibindo os trotes nas universidades. "Mas ponderei que seria uma iniciativa redundante, uma vez que todos os malefícios dessa prática nefanda já estão previstos no Código Penal, enquadrados nos crimes contra a pessoa:



Nabor Júnior disse que estudantes do Acre serão recebidos com alegria

constrangimento ilegal, agressão, lesões corporais, homicídio."

O senador manifestou seu orgulho pelo fato de jamais ter havido uma ocorrência violenta na recepção aos calouros na Universidade Federal do Acre (Ufac). "Mas sempre é melhor prevenir do que remediar. Por isso recebi, com satisfação, a notícia de que a Ufac vai promover, na primeira

semana de maio, o Trote Cultura e Educativo-99, com uma programação de alegria e receptividade aos novatos."

Nabor concluiu o discurso saudando os trabalhadores, pelo transcurso do dia 1º de Maio. Ele lamentou as dificuldades e os índices crescentes de desemprego, mas manifestou confiança no governo FHC e em melhores condições de vida para o trabalhador brasileiro em futuro próximo.

Marluce pede união contra a exploração sexual de jovens

Senadora estimula a população a apresentar denúncias à subcomissão de crianças e adolescentes da Comissão de Assuntos Sociais

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu a todos os brasileiros que enviem suas denúncias sobre exploração sexual e do trabalho de jovens à recém-criada subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) destinada a cuidar dos assuntos relacionados a crianças e adolescentes. Pediu ainda que todos disseminem a informação de que o Senado já dispõe desse instrumento, para que "o Brasil possa, mais cedo do que se imagina, resolver esse problema".

Em discurso na sexta-feira, Marluce Pinto afirmou que quase oito milhões de crianças e adolescentes, com idades entre cinco e 17 anos, trabalham "em troca de um prato de comida, expostos a trabalhos insalubres e perigosos". Esse número, disse, representa 12% da população economicamente ativa.

– Na verdade, é o modelo econômico que cria a pobreza e impulsiona nossos jovens ao trabalho, afastando a criança da escola. Nosso maior problema reside na falta de vontade política – avaliou a senadora.

Para Marluce Pinto, a questão da ex-



Marluce lamentou que brasileiros entre cinco e 17 anos trabalhem "por um prato de comida"

ploração dos jovens está relacionada ao próprio futuro do Brasil e precisa ser enfrentada. A senadora acredita que a subcomissão, caso seja bem trabalhada, produzirá bons frutos.

– A exploração infantil é uma vil realidade entre nós. A questão não mais se restringe a casos isolados, é um problema social crônico que cresce em virtude de sua íntima vinculação com as condições econômicas vigentes – afirmou a senadora, da tribuna.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) expressou sua convicção de que é necessário que se faça uma retrospectiva histórica para compreender as razões da existência de uma massa de marginalizados, de "pessoas jogadas às traças". Na opinião do senador, o país e as famílias precisam procurar o caminho da educação e do amor para resolver esse problema. Gilvam colocou-se à disposição de Marluce para ajudar nos trabalhos da subcomissão.

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a situação das famílias brasileiras que se vêem envolvidas em problemas econômicos reflete-se na criança. Tião Viana se disse também atingido pela agressão permanente patrocinada pela televisão à pureza que a criança carrega. Marluce Pinto convidou o senador petista a participar da subcomissão da CAS.

– Vamos tirar o Brasil da odiosa classificação, nos arquivos da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de terceiro país do planeta a explorar e escravizar as suas crianças – apelou a senadora pelo estado de Roraima.

Eduardo quer hidrovia nos rios Araguaia e Tocantins

Com o argumento de que o transporte fluvial permite a movimentação de grandes volumes de cargas em longas distâncias a custos reduzidos, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Ele acrescentou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social recebeu recentemente, para análise, projeto que permitirá a viabilização da obra. O senador fez um apelo para que o BNDES conclua o mais rápido possível os estudos, a fim de que o projeto possa ser iniciado.

– Antes mesmo da criação do estado do Tocantins, nos anos 80, o Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, realizado mediante convênio do governo federal com a Organização dos Estados Americanos (OEA), já recomendava, como fórmula de incremento às exportações regionais, o transporte fluvial utilizando os dois rios, que, junto com o rio das Mortes, poderiam constituir uma rede hidroviária de 2 mil km de extensão – lembrou Eduardo Siqueira Campos. Atualmente, segundo o senador, apenas um trecho da hidrovia está em operação.

Luzia diz que governo e população venceram a crise

Ao fazer uma análise da situação econômica do Brasil, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) opinou que a disposição da população em enfrentar os desafios para preservar os ganhos obtidos com o real e a qualidade de liderança do governo foram fundamentais para o país enfrentar e vencer a crise, melhorando seus números e expectativas. Ela acrescentou que o lema da bandeira do Espírito Santo – *Trabalha e Confia* – é a síntese do otimismo equilibrado do atual momento da vida nacional.

Luzia Toledo fez uma retrospectiva da situação econômica do Brasil neste ano. Ela lembrou que em janeiro, no rastro de uma crise financeira internacional que afetou a Ásia, o país parecia ameaçado pela volta da inflação. Nos meses seguintes, lembrou, generalizou-se a descrença quanto à capacidade de o país honrar as metas do ajuste fiscal negociado com o FMI.

A senadora comentou que não faltaram "os sábios de plantão", no Brasil e no exterior, para oferecer propostas e conselhos como o calote da dívida pública seguido da dolarização da economia, a exemplo do que fez a Argentina.

– Menos de três meses depois, um conjunto de estimativas deprimentes, devidamente repercutidas pela mídia, produziu um impacto desestabilizador na auto-estima e na psicologia coletiva do brasileiro. Foi como se, de uma hora para outra,

nos vissemos obrigados a atirar no lixo todas as conquistas econômicas, sociais e até culturais decorrentes de décadas de sacrifícios que frutificaram o

Plano Real – observou Luzia Toledo.

Na opinião da senadora, nas últimas semanas todas as expectativas negativas estão se invertendo. Luzia Toledo citou que a inflação dá mostras de que vai permanecer baixa, o câmbio está atingindo um ponto de equilíbrio e a retração do PIB deverá ser bem menor do que os especialistas previram.

Luzia reconheceu que persistem algumas dificuldades em áreas fundamentais, como a das contas públicas e a do emprego. A senadora afirmou que a mudança cambial provocou impacto sobre a vida pública, fazendo com que o déficit nominal acumulado em 12 meses atingisse 13,25%. Disse também que o desemprego continua em patamar elevado para o Brasil.



Luzia observou que as expectativas negativas estão se invertendo

Rocha vê risco de invasão da Amazônia

Segundo senador, especialistas em inteligência militar estão convencidos de que governo dos EUA “guarda na manga” falsos argumentos para justificar uma intervenção militar

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) alertou, na sexta-feira, o governo brasileiro para os riscos que representa a ausência de uma política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Ele entende que, além das razões materiais, como a biodiversidade, as riquezas minerais e a abundância de água, que aumentam a cobiça internacional sobre aquele território, há riscos “de uma invasão militar, sobretudo por parte dos Estados Unidos, à Amazônia”.

– Enquanto isso, a nação parece desprezá-la como se fora lixo ou como se seus habitantes não fossem compatriotas, titulares dos mesmos direitos dos outros brasileiros – protestou o senador.

Para Rocha, hoje, a ameaça maior à integridade do território brasileiro reside na cobiça internacional pela Amazônia.

PROPAGANDA

“Entre os especialistas em inteligência militar”, disse ele, “comenta-se, até mesmo, que o governo norte-americano



Rocha: biodiversidade e riquezas minerais da região despertariam a “cobiça internacional”

no guardaria na manga a hipótese de usar a propaganda para, com falsos argumentos de emergência ambiental, convencer o povo daquele país da necessidade e urgência de uma invasão militar na Amazônia”.

Ele lembrou que há muito tempo a

opinião pública mundial vem sendo preparada, com a repetição das notícias de devastação da floresta tropical, para aceitar como necessária, para o bem-estar da humanidade, uma eventual intervenção militar na Amazônia.

Para os que consideram essa idéia “estapafúrdia”, o senador disse que é conveniente lembrar do ataque norte-americano ao Iraque durante a fase mais aguda do caso Monica Lewinsky, quando ainda parecia possível mover a opinião pública em favor de um *impeachment* do presidente Bill Clinton.

BOM-MOCISMO

Como parte dessa trama internacional voltada para alcançar aquela região brasileira, Rocha disse já ter ouvido vários depoimentos de pessoas que, durante viagem aos Estados Unidos e à Europa, viram colados em muitos veículos adesivos plásticos com dizeres como “Faça alguma coisa pelas flores: mate um brasileiro”.

No entanto, para o senador, a verdade é que, por detrás de todo bom-mocismo ecológico, esconde-se o in-

teresse puramente comercial das grandes corporações transnacionais. Neste sentido, ele afirma que “muito maior do que a riqueza mineral, talvez seja a incomparável biodiversidade da Amazônia”.

APARTES

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) solidarizou-se com Sebastião Rocha, mas advertiu que há exagero em relação aos ambientalistas de organizações internacionais, “que sempre são denunciados como integrantes de uma trama voltada para a ocupação da Amazônia”.

Jefferson Péres acrescentou que apenas um pequeno número dos ambientalistas hoje mobilizados para a questão amazônica se presta a esse papel, pois a maioria é gente séria e realiza um trabalho importante para a conservação da floresta.

O senador Tião Viana (PT-AC) concordou com as denúncias feitas por Rocha e lembrou que o próprio vice-presidente norte-americano, Al Gore, já declarou que “a soberania do Brasil na Amazônia é relativa”.



Ronaldo Cunha Lima se recupera de um acidente vascular cerebral ocorrido na última sexta-feira

Jucá faz votos de recuperação para Ronaldo

Falando em nome da liderança do seu partido, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) comunicou ao plenário que o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) foi acometido, na madrugada de sexta-feira, de um acidente vascular cerebral. Ele registrou os seus votos, e dos demais senadores, de pronto restabelecimento para Ronaldo, que ocupa a Primeira Secretaria na Mesa Diretora do Senado.

– Tenho certeza de que dentro de poucos dias Ronaldo Cunha Lima estará novamente entre nós, com o brilho de sua oratória e com a sua competência, representando não só a Paraíba, mas dando sua contribuição para o engrandecimento da política brasileira – comentou Jucá.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), em nome da presidência e de toda a Mesa, ratificou o pronunciamento de Jucá e também manifestou votos de rápida e completa recuperação.

Jonas comunica afastamento por 120 dias

Uma hérnia de disco, que causou a desativação dos músculos da perna direita, levou o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a requerer afastamento por 120 dias do mandato, a partir do dia 4 de maio. Segundo o senador, a



Jonas entra em licença médica a partir do dia 4

junta médica que o examinou não descartou a prorrogação da licença para até 180 dias, mas Jonas disse ter a esperança de retornar ao Senado no dia 2 de setembro. O senador explicou que espera realizar o tratamento em Brasília, mas talvez seja necessário fazê-lo no exterior.

Jonas será substituído pelo primeiro suplente, Blairo Maggi, que, como ele, é um produtor rural que atua na produção, na agroindústria e na comercialização de produtos agrícolas. O presidente da sessão, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), acatou o requerimento e expressou votos de pronto restabelecimento.

Viana defende novo modelo de crescimento para a região

O senador Tião Viana (PT-AC) destacou, em pronunciamento feito no plenário na última sexta-feira, a importância de artigo publicado pelo professor José Fernandes do Rêgo na revista *Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). No texto, o pesquisador aponta novos caminhos para o desenvolvimento auto-sustentado da região amazônica.

Viana considera o conceito de “neoeextrativismo”, criado pelo especialista, como um dos caminhos para realizar o progresso da região, sem exclusão social ou agressões ambientais.

Em seu artigo, o professor lembra que o extrativismo é apontado “às vezes como opção inviável para o desenvolvimento da Amazônia”, visão que Rêgo considera “estreita”, argumen-

tando que ela não leva em conta “a cultura das populações locais, que favorece a harmonia com a natureza”.

Ele defende uma ampliação dessa concepção, “admitindo alguma tecnologia e usos dos recursos naturais incluídos no modo de vida e na cultura extrativista”. Com isso, conclui o estudioso, surge uma alternativa econômica, o neoeextrativismo, “viável e adequada ao universo amazônico”.

Ao pedir a transcrição da íntegra do artigo do professor José Fernandes do Rêgo nos Anais da Casa, o senador pelo PT acreano apontou a longa vivência do especialista na Amazônia e suas contribuições para a formulação de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado para a região, como razões para a homenagem que lhe prestava da tribuna.



Tião Viana destacou o conceito de “neoeextrativismo”, proposto pelo professor José Fernandes do Rêgo

Tião Viana se disse absolutamente convencido de que já há conhecimento acumulado suficiente para a concepção de um modelo de desenvolvi-

mento econômico com preservação ambiental, respeito às comunidades e inclusão social na Amazônia.

Em apartes, os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Jefferson Péres (PDT-AM), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Romero Jucá (PSDB-RR) apoiaram o pronunciamento de Tião Viana e lembraram contribuições importantes do professor José Fernandes do Rêgo para os debates em torno de um modelo amazônico de desenvolvimento auto-sustentado.

Mozarildo e Jucá, inclusive, lembraram a importância de se acelerarem os entendimentos visando à formação de um bloco regional, na forma da Frente Parlamentar da Amazônia, para apoiar e coordenar as discussões e proposições em torno do futuro daquela área.

Mozarildo protesta contra demarcação de terras indígenas



Mozarildo considera excessiva a área ocupada pelas reservas indígenas em Roraima

A decisão da Fundação Nacional do Índio (Funai) de demarcar 405 mil hectares de terra e 309 quilômetros de perímetro como área indígena em Roraima provocou protesto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), em discurso na sessão plenária de sexta-feira.

O senador pediu providências à Mesa do Senado para que a Casa aprove medidas que impeçam mais demarcações de terras indígenas no estado.

– Não podemos assistir impassíveis

a essa situação, que nos é imposta por organismos internacionais. Não estou me colocando contra os índios, pois muitos deles, no estado, também são contra as demarcações que vêm sendo feitas. Se continuar essa fúria de demarcação da Funai, Roraima será, em breve, o primeiro estado indígena da Federação – afirmou o senador.

Para Mozarildo, Roraima é um estado ameaçado pela linha de trabalho seguida pela Funai, pois já tem 44% de seu território comprometidos com

reservas indígenas. Ele disse que a região denominada Raposa Serra do Sol tem uma área indígena de 1,6 milhão de hectares para índios ianomami.

A decisão da Funai de demarcar mais 405 mil hectares no estado foi publicada no *Diário Oficial* da última terça-feira, dia 27 de abril.

Essa área, localizada nos municípios de Caracará, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, foi reservada para os índios Waiwái, segundo informou o parlamentar.